

**MEMÓRIA DE REUNIÃO DA
COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE**

DATA: 18/02/04– HORÁRIO: 13:30 HRS. – LOCAL: Sala de Reuniões /SETP

Participantes

SETP	COGEMAS
Denise Arruda Colin	Marina Klamas Taniguchi
Gladys M. T. Tortato	Kátia Bernardino da Silva
	Chrystiane B. Pianaro Chemin
	Vânia Maria de Souza
	Soeli Maria Menegusso
	Roeli Antunes de Souza
	Suzie A. Pucillo Zanatta
	Salette M. de Camargo Gastaldi
	Zilda M. C. R. Marques
	Lenir Mainardes da Silva
	Carmen Lúcia S. Cunha

Representantes da Secretaria Técnica

Letícia Codagnone Raymundo	Márcia Mazzarotto
	Sônia Maria Benvenuti

Convidados

Pe. Roque Zimmemann	Ismilda de Lima
Juliana C. Klutchkovski	Luci Ap. F. Bisca
Margarete Ap. Notrel	Denise F. Netto
Mari Estela F. Mendes	Patrícia Costa

A reunião teve início com a participação do Secretário do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Pe. Roque Zimmermann, que elogiou o trabalho desenvolvido no estado, na área da Assistência Social, destacando as inovações que tem constatado e a importância do papel dos municípios.

A presidente do COGEMAS, Marina Taniguchi, apoiada pelas demais gestoras presentes, fez considerações e críticas quanto a situação da Política Nacional e Estadual de Assistência Social, e protestou quanto ao processo de discussão dos novos rumos da Assistência Social, o qual tem excluído os gestores municipais. As gestoras destacaram que o Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, implantado em todos os municípios, tem sido desconsiderado, com a criação de comissões paralelas relativas ao Programa Leite das Crianças e Fome Zero. Ressaltaram a falta de informações por parte do Estado, que segundo elas, não vem cumprindo seu papel no repasse de informações e de assessoramento aos municípios. Os escritórios regionais também estão sem informações e, conseqüentemente, não estão aptos a orientar os municípios, sendo que esta tarefa está sendo desempenhada pelos gestores que dispõem de informações.

O Cadastro Único também foi amplamente questionado, principalmente em relação ao seu custo e as dificuldades operacionais. Foi criticada a falta de ampliação de metas para inclusão de novos beneficiários no Bolsa Família e a necessidade de informação, tanto para os gestores quanto para a população, em relação ao período máximo de permanência das famílias no programa, uma vez que as informações prestadas não deixam claras as limitações de metas disponibilizadas aos municípios e, portanto, as prefeituras acabam sendo questionadas pela não inclusão de famílias em situação de risco.

O secretário Pe. Roque Zimmermann considerou que estamos numa sociedade participativa e conflitante, e que isso é muito positivo. Disse que aceita as contribuições, inclusive as críticas, porque elas auxiliam no aprimoramento das ações que vem sendo desenvolvidas pelo governo. Quanto a questão das comissões e comitês, explicou que defendeu, inclusive junto ao governo federal, que os mesmos fizessem parte dos CMAS, sendo inseridos como câmaras específicas. Disse também que acredita na competência da nova secretária nacional de Assistência Social, Márcia Lopes, e que alguns entraves atualmente verificados deverão ser corrigidos. Afirmou que o Programa Leite das Crianças vem sendo aprimorado, e que até junho todos os municípios serão contemplados. Explicou que os comitês gestores têm representação de 2/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público, para garantir o controle social. O leite é comprado de pequenos produtores, sempre que possível, e sai das cooperativas para as unidades de distribuição – escolas estaduais e/ou municipais, quando disponibilizadas pelos municípios. O comitê gestor não só cadastra, mas também acompanha as crianças beneficiadas. As famílias têm o compromisso de manter em dia a vacinação e inserir as crianças nos centros de educação infantil, dentre outras obrigações.

A presidente do COGEMAS, Sra. Marina Taniguchi, entregou um documento contendo as deliberações da 9ª Reunião Ordinária do Colegiado dos Gestores Municipais de Assistência Social do Estado do Paraná, elaborado durante reunião ocorrida em Curitiba, no dia 18 de fevereiro de 2004. O referido documento traz um elenco de considerações ao Governo Estadual e visa dirimir dúvidas existentes nas propostas da Política Estadual de Assistência Social.

Assuntos da Pauta:

INFORMES DOS PROGRAMAS FEDERAIS

PAIF:

A SETP informou que 4 municípios já receberam os recursos para implantação do programa e para 9 municípios os recursos estão empenhados. Informou também que o MDS orientou que seja aguardada a abertura do orçamento 2004, porque deverão acontecer mudanças estruturais no programa.

AGENTE JOVEM e PETI

Devido à exigência do MDS, foi solicitado aos municípios que enviassem os dados cadastrais das entidades executoras desses programas, para inserção no SIAFAS. Como ainda faltam dados, o COGEMAS foi solicitado para reforçar a importância junto aos gestores municipais. Quanto ao PETI, o prazo para envio dos projetos técnicos foi prorrogado, portanto, os municípios terão até o dia 19/03/04 para enviá-los à SETP. Após análise, os mesmos deverão passar pela Comissão estadual do PETI, pela CIB e pelo CEAS.

SAC:

Apesar das insistentes orientações, ainda faltam as informações relativas as alterações de modalidade e/ou rede de alguns municípios. Para a elaboração da planilha do Estado é necessário a inclusão dos dados de todos os municípios, portanto, ficou definido que aqueles que não enviarem as informações até o dia 01/03/04 permanecerão com os dados de 2003.

A Sra. Marina Taniguchi ressaltou que, na construção do SUAS, deve ser considerada a importância da rede SAC, cujo recurso é a única garantia de co-financiamento para a rede de serviços.

LEVANTAMENTO DA HABILITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

A Secretaria Técnica informou que, atendendo a Resolução CIT 03, DE 23/10/03, está sendo realizado o levantamento do quadro real de habilitação dos municípios deste Estado. O documento final será apresentado na próxima reunião da CIB.

PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / REUNIÃO AMPLIADA DO CEAS

A coordenadora da CIB, Sra. Denise Colin, explicou que o CEAS está reconsiderando o seu posicionamento quanto à paralisação das atividades, uma vez que os conselheiros concluíram que seria mais válido manter o seu papel de fiscalização e controle social e por isso, decidiu realizar uma reunião ampliada, a realizar-se no próximo dia 15 de março, com a participação dos gestores municipais, FOREAS e demais atores sociais de todos os municípios do Estado, a fim de discutir a Política Estadual de Assistência Social e os encaminhamentos pertinentes.

POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ORÇAMENTO 2004

A Sra. Denise Colin explicou que, no Paraná, as ações voltadas ao adolescente em conflito com a lei estão vinculadas à SETP, através do IASP. Dessa forma, as ações de competência do estado serão descentralizadas e desenvolvidas nas unidades oficiais. Destacou que as medidas sócioeducativas em meio aberto, são de competência dos municípios, mas as medidas restritivas e privativas de liberdade serão assumidas integralmente pelo estado.

A Sra. Marina Taniguchi questionou quanto à alocação de R\$ 64 milhões no orçamento da Assistência Social e a Sra. Denise Colin explicou que trata-se do custo das obras, capacitação e manutenção dos serviços. Informou, também, que os convênios existentes para o atendimento aos usuários de substâncias psicoativas, de competência da área da saúde, serão financiados pela assistência social até que as articulações, que estão sendo realizadas através de comissão interinstitucional, definam as atribuições de cada política. Quando questionado quanto as medidas preventivas, já que não há previsão orçamentária, foi explicado que o CEDCA está analisando a possibilidade de alterações nos critérios de partilha dos recursos do FIA, utilizando os critérios propostos pelo IPARDES, com co-financiamento continuado, de acordo com as prioridades dos municípios.

BPC

A coordenadora estadual do BPC, Sra. Elizabete Peixoto, explicou que está normatizada a participação dos municípios no processo de concessão do BPC. Quanto a revisão, em 2004, serão revisados 12.360 benefícios concedidos entre 01/08/2000 a 30/11/2001. Os prazos para revisão foram definidos de acordo com o número de benefícios a serem revistos em cada município.

- Municípios com até 10 revisões: até 30/06/04
- Municípios com 11 a 180 revisões: até 30/08/04
- Municípios com 181 a 1815 revisões: até 30/10/04

RELATÓRIO DE GESTÃO

A secretaria técnica informou que, conforme pactuado nessa comissão, o sistema de informática, relativo ao Relatório de Gestão será fechado no dia 28/02/04, e a SETP iniciará os trabalhos de consolidação dos dados dos municípios e a elaboração do relatório da Gestão Estadual. O documento deverá ficar pronto na última semana de março, e deverá ser submetido à apreciação da CIB, para depois ser aprovado pelo CEAS. Por esse motivo, deverá haver antecipação da próxima reunião da CIB, ou convocação para reunião extraordinária.

CONVÊNIOS 2002

A listagem dos convênios que foram prorrogados, referentes ao ano 2002, foi repassada ao COGEMAS.

REGIMENTO INTERNO E HOME PAGE

Devido à necessidade de revisão do regimento interno da CIB e de definição de conteúdo para página da Comissão na Internet, foi aprovada a instituição de Comissão Técnica, com a participação de representantes da SETP, COGEMAS, do município de Campo Largo e Campo Magro.

ALTERAÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES PARA 2004

Devido ao calendário de reuniões dos conselhos vinculados à SETP, foi proposta a alteração do calendário de reuniões da CIB. Sendo assim, as reuniões ordinárias deverão acontecer nos dias 20/04, 15/06, 17/08, 19/10, 14/12.